



Demonstrações financeiras

XP Comercializadora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas adotadas no Brasil.

GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio de formalização de políticas, procedimentos e metodologia, consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2022, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

São Paulo, 22 de março de 2023.

Composição da Diretoria

Bernardo Amaral Botelho
Diretor

Bruno Constantino Alexandre dos Santos
Diretor Financeiro

Fabricio Cunha de Almeida
Diretor

Rodrigo Santana Passos Góes
Controller

Jairo Luiz de Araujo Brito
Contador
CRC RJ-110743/O-4



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
XP Comercializadora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XP Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

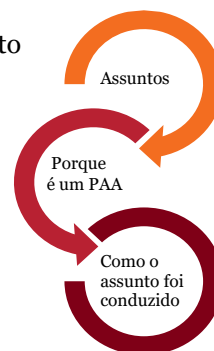
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XP Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





XP Comercializadora de Energia S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Contratos de comercialização de energia - contrato futuro (Notas 3(a) e 5)

A Companhia possui contratos de comercialização de energia que compreende posições "forward", geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda.

Esses contratos de energia futuros são mensurados ao valor justo, considerando cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam ou pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

Considerando a relevância desses contratos no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, essa área foi considerada como foco de nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento do processo estabelecido pela Companhia para o reconhecimento e mensuração ao valor justo dos contratos de comercialização de energia - contrato futuro.

Efetuamos testes quanto a existência dessas operações por meio do confronto das informações em aberto com os respectivos contratos das operações, assim como efetuamos testes das operações liquidadas por meio da inspeção do contrato e extrato de liquidação obtido em fonte externa (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)).

Com o apoio de nossos especialistas de precificação, analisamos a metodologia da administração para mensuração desses instrumentos financeiros e efetuamos o cálculo do valor a mercado e provisionamento das operações selecionadas.

Desta forma, nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



XP Comercializadora de Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



XP Comercializadora de Energia S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Signed By: TATIANA FERNANDES KAGOHARA GUEORGUIEV.24975821818
CPF: 24975821818
Signing Time: 22 de março de 2023 | 18:49 BRT

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		931.171	213.192	Circulante		755.057	115.655
Disponibilidades		7.807	7.230	Instrumentos financeiros passivos		754.433	115.631
Instrumentos financeiros ativos		271.204	38.850	Valor justo por meio do resultado		754.433	115.631
Valor justo por meio do resultado		227.390	-	Fornecedores	8	18.002	33.023
Títulos e valores mobiliários	4	227.390	-	Instrumentos de financiamento	9	736.431	82.608
Avaliados ao custo amortizado		42.158	35.347	Outros passivos		624	24
Rendas a receber	6	42.158	35.347	Obrigações sociais e estatutárias		34	9
Outros ativos		652.160	167.112	Obrigações fiscais e previdenciárias		18	15
Impostos e contribuições a compensar		4.919	2.107	Outros passivos		572	-
Adiantamento a fornecedores	7	647.190	165.005	Não circulante		418.456	228.989
Despesas antecipadas		51	-	Valor justo por meio do resultado		397.571	226.866
Não circulante		284.490	164.628	Contratos de comercialização de energia	5	115.433	136.187
Valor justo por meio do resultado		284.423	164.461	Instrumentos de financiamento	9	282.138	90.679
Títulos e valores mobiliários		1.656	3.503	Passivo fiscal diferido	10	20.885	2.123
Contratos de comercialização de energia	5	282.767	160.958	Total do passivo		1.173.513	344.644
Imobilizado de uso e intangível		67	167	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	11	40.492	29.673
Total do ativo		1.214.005	374.317	Capital social		30.000	30.000
				Reserva de lucros		10.492	-
				Prejuízos acumulados		-	(327)
				Total do passivo e Patrimônio líquido		1.214.005	374.317

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado e do resultado abrangente**para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****(Em milhares de reais)**

	Nota	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita líquida operacional			
Receita com comercialização de energia	12	232.955	60.884
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	12	134.219	22.910
Total da receita líquida		367.174	83.794
Custos operacionais	13	(255.057)	(80.485)
Resultado bruto da operação		122.117	3.309
Despesas com vendas		(27)	(2)
Despesas administrativas	13	(3.390)	(515)
Despesas de juros	9	(92.306)	(3.287)
Lucro antes dos impostos		16.394	(495)
Imposto de renda e contribuição social		(5.575)	168
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício/período		10.819	(327)
Resultado abrangente		-	-
Total do Resultado Abrangente		10.819	(327)
Lucro líquido/(Prejuízo) por ação básico e diluído		0,3606	(0,0109)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais**

	Capital	Reserva legal	Reserva Estatutária	Lucro/(Prejuízo) Acumulado	Total
Saldos em 04 de maio de 2021	-	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 11)	30.000	-	-	-	30.000
Prejuízo do período	-	-	-	(327)	(327)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	-	-	(327)	29.673
Resultado do exercício	-	-	-	10.819	10.819
Destinações ao lucro líquido do exercício					
Reservas	-	541	9.951	(10.492)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.000	541	9.951	-	40.492

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa****para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais**

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do período	16.394	(495)
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo)		
Amortizações	100	33
Provisão de juros (Nota 15)	92.306	3.287
Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	108.800	2.825
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Instrumentos financeiros	(227.668)	-
Contratos de comercialização de energia	(142.563)	(24.772)
Rendas a receber	(6.811)	(35.347)
Adiantamento à fornecedores	(482.185)	(165.005)
Outros ativos	(51)	-
Fornecedores	(15.021)	33.023
Obrigações sociais e estatutárias	25	9
Obrigações fiscais e previdenciárias	10.747	200
Outros passivos	572	-
Caixa Operacional		
Juros pagos (Nota 15)	(11.239)	-
Impostos pagos	(369)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	765.763	(189.067)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	-	(200)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	(200)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital (Nota 11)	-	30.000
Emissão de debêntures (Nota 15)	574.215	90.000
Emissão de notas promissórias (Nota 15)	270.000	80.000
Pagamento de debêntures (Nota 15)	(80.000)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	764.215	200.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(1.548)	10.733
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	10.733	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício/período	9.185	10.733
Disponibilidades	7.807	7.230
Certificado de depósito bancário	1.378	3.503

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Comercializadora de Energia S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

A XP Comercializadora de Energia S.A., anteriormente denominada Solis Comercializadora de Energia Ltda ("Companhia" ou "XP Energia") foi constituída em 04 de maio de 2021 e tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1909, Torre Sul, 29° andar (parte), CEP 04543-010.

A XP Energia atua no comércio atacadista de energia elétrica, mediante corretagem, representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação, prestação de serviço de intermediação entre compradores e vendedores de energia elétrica, desenvolvimento de produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes de mercado, representação de agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ou, no caso de sua extinção, junto à entidade que vier a substituí-la, para os processos de adesão, modelagem, registro e medição; e na realização de leilões de compra e venda para consumidores finais, geradores e comercializadores de energia elétrica.

A XP Energia é controlada direta pela XP Investimentos S.A., que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlado da XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control, detentora de 18,4% de participação em seu capital total.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de março de 2023.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R\$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O balanço patrimonial está apresentado em ordem de liquidez dos ativos e passivos. O momento de sua realização ou liquidação depende não apenas de sua liquidez, mas também dos julgamentos da administração sobre os movimentos esperados nos preços de mercado e outros aspectos relevantes.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes.

(d) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja em vigor.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

3. Resumo das políticas contábeis

(a) Instrumentos financeiros ativos e passivos

A Companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros, como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Reconhecimento e mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado.

Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas nos resultados abrangentes e acumuladas na reserva de valor justo.

As variações no valor justo de títulos monetários classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas ou despesas financeiras".

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A entidade reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A Companhia *desreconhece* um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também *desreconhece* um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Impairment de ativos financeiros

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 4.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

Instrumentos financeiros (contratos futuros de comercialização de energia)

A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia, tratado na nota 5. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições "forward", geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizando a venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

A marcação a mercado é feita diariamente, utilizando como base o BBCE e a Dcide, os preços dos produtos serão correspondentes a média ponderada por volume da última hora do dia; sendo utilizados os preços dos produtos mensais; trimestrais, semestrais ou anuais, considerando a existência de liquidez para o menor destes prazos. Para os produtos de baixa liquidez na BBCE será utilizado a curva da Dcide. Esses preços serão mantidos até negociações serem realizadas na BBCE com volumes superiores a 1MWm ou até a publicação da nova curva da Dcide.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado**

A administração avalia que estes instrumentos financeiros se enquadram no Nível 2, visto que o valor justo destes instrumentos financeiros é determinado utilizando técnicas de avaliação onde todos os dados significativos exigidos para sua valorização são observáveis direta ou indiretamente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que sejam mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição e/ou possuem liquidez imediata.

(c) Rendas a receber

As contas a receber decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar aos consumidores livres no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

(d) Adiantamento à fornecedores

Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem pagamentos antecipados referente aos contratos futuros de energia, ou seja, as antecipações de contrato de aquisição de energia elétrica que servirão de lastro a operações futuras de venda de energia.

(e) Imposto de renda e contribuição social

A XP Energia, apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável.

(f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente obrigações a pagar por compra de energia faturada e a faturar e que foram adquiridas no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo médio de pagamento, são apresentadas ao valor do efetivo faturamento.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado**

(g) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(h) Instrumentos de financiamento

Os títulos de dívida classificados como Instrumentos de financiamento são compostos por Debêntures e Notas Promissórias e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e, posteriormente, transportados a custo amortizado. Quaisquer diferenças entre os rendimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar são reconhecidas em lucro ou perda durante o período dos empréstimos utilizando o método de taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em conta qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante do EIR. A amortização do EIR é incluída como despesa de juros sobre a dívida na demonstração do resultado.

(i) Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

(j) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos.

(k) Resultado por Ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação. A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

(l) Reconhecimento da receita de contratos com clientes – Contratos de comercialização de energia

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços.

A Companhia aplica os seguintes cinco passos: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de execução no contrato; iii) determinação do preço de transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento de receita quando ou conforme a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente remetidos às autoridades governamentais.

4. Instrumentos financeiros

	2022		2021	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Cotas de Fundos de Investimentos	227.390	227.390	-	-
Certificados de Depósitos Bancários ^(a)	1.323	1.378	3.503	3.503
Títulos do Governo Brasileiro	278	278	-	-
	228.991	229.046	3.503	3.503
				Ativos
			2022	2021
Circulante			227.390	-
Sem vencimento			227.390	-
Não Circulante			1.656	3.503
Acima de 12 meses			1.656	3.503
Total			229.046	3.503

Em 31 de dezembro de 2022, certificados de depósitos bancários no valor de R\$ 1.378 (R\$ 3.503 em 31 de dezembro de 2021) estão sendo apresentados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5. Contratos de comercialização de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, é de R\$ 167.334 (R\$ 24.770 em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos de compras	(115.433)	(136.187)
Marcação a mercado dos contratos de vendas	282.767	160.958
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	167.334	24.770

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6. Rendas a receber

	2022	2021
Saldo a vencer em até 30 dias	42.158	35.347
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	-	-
Total	42.158	35.347

(i) A Companhia não tem histórico de perdas ou atrasos com recebíveis em decorrência das características do mercado regulado em que atua, sendo assim a administração entende não haver a necessidade de constituição de provisão para perdas com seus recebíveis.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, os adiantamentos a fornecedores se referem às antecipações de contrato de aquisição de energia elétrica que servirá de lastro a operações futuras de venda de energia.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a fornecedores	647.190	165.005
Total	647.190	165.005

8. Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores - Suprimento de Energia a faturar (*)	17.862	33.023
Demais fornecedores	140	-
Total	18.002	33.023

(*) Composto por provisões para compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu até 31 de dezembro e o pagamento da fatura ocorreu no mês subsequente.

9. Instrumentos de financiamento

O saldo total é composto pelas seguintes emissões próprias:

		<u>31 de dezembro de 2022</u>			<u>31 de dezembro de 2021</u>		
		<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 até 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 até 5 anos</u>	<u>Total</u>
Notas promissórias (i)	Taxa Fixa/Taxa variável	-	-	-	82.608	-	82.608
Debêntures (ii)	Taxa Fixa/Taxa variável	736.431	-	736.431	-	90.679	90.679
Notas comerciais (iii)	Taxa Fixa/Taxa variável	-	282.138	282.138	-	-	-
Total		736.431	282.138	1.018.569	82.608	90.679	173.287
Circulante				736.431			82.608
Não Circulante				282.138			90.679

(i) Notas Promissórias

Em 9 de setembro de 2021, a XP Energia emitiu a primeira nota promissória com o objetivo de financiar o capital de giro da empresa e os investimentos em tesouraria relacionados ao negócio de comercialização de energia elétrica no atacado. O valor do principal foi liquidado na data de vencimento em 04 setembro de 2022 (valor total de R\$ 82.608 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Debêntures

Em 8 de dezembro de 2021, a XP Energia emitiu Debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 90.000 e em 2022 emitiu Debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 574.215. A série de Debêntures tem limite máximo de emissão autorizado de até R\$ 1.000.000. O objetivo é financiar o capital de giro e os investimentos de tesouraria relacionados ao negócio de comércio atacadista de eletricidade. O valor do principal é devido e será pago na data de vencimento de 8 de dezembro de 2023. A taxa de juros é CDI+2,5% pré-fixada pagável anualmente. Em 31 de dezembro de 2022 o valor total é de R\$ 736.431 (R\$ 90.679 em 31 de dezembro de 2021), que é detido por entidades do Grupo XP.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado****(iii) Notas Comerciais**

Em 8 de setembro de 2022, a XP Energia emitiu a primeira nota comercial no valor de R\$ 270.000 com o objetivo de financiar o capital de giro da empresa e os investimentos em tesouraria relacionados ao negócio de comercialização de energia elétrica no atacado. O valor do principal é devido e pago na data de vencimento, em 08 setembro de 2025, e a taxa de juros é CDI + 2% a.a.. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total é de R\$ 282.138.

Em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido R\$ 92.306 (R\$ 3.287 em 31 de dezembro de 2021), referente a despesas financeiras das emissões.

10. Impostos e contribuições

Impostos diferidos	Balanco Patrimonial	
	2022	2021
Prejuízo fiscal a compensar	46.224	7.812
Reavaliação de ativos financeiros ao valor justo	(67.109)	(9.935)
Total	(20.885)	(2.123)
Ativo fiscal diferidos	-	-
Passivo fiscal diferidos	(20.885)	(2.123)

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2022	2021
Resultado antes dos impostos	16.394	(495)
Alíquota aplicável à Companhia	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	5.575	(168)
Corrente	5.575	-
Diferido	-	(168)
	5.575	(168)

11. Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 30.000, dividido em 30.000.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 04 de maio de 2021, os acionistas, no ato contínuo da aquisição da XP Energia, e em conjunto com a cessão e transferência, a título oneroso, do capital social anteriormente integralizado pelos acionistas anteriores da Solis Comercializadora de Energia Ltda. para a única acionista XP Investimentos S.A., no montante de R\$ 1.000, correspondente a 1.000.000 de quotas, aprovaram o aumento de capital da Sociedade, no montante de R\$ 29.000, com a emissão de 29.000.000 quotas, mediante integralização de capital.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do Lucro Líquido apurado no balanço individual da XP Energia.

A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do Lucro Líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social.

(c) Distribuição de dividendos

É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do Lucro Líquido do exercício após as destinações específicas.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado**

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve lucro a ser distribuído.

12. Receita Líquida

	2022	2021
Receita de comercialização de energia	256.425	67.090
(-) Impostos sobre a comercialização	(23.470)	(6.206)
Receita operacional líquida	232.955	60.884
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	147.741	25.225
(-) Impostos sobre instrumentos financeiros	(13.522)	(2.315)
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo	134.219	22.910

13. Custos e despesas por natureza

Custos Operacionais	2022	2021
Custo da energia comercializada	273.989	66.108
Custos Provisionados	(4.563)	22.425
Outros custos	11.371	141
Impostos sobre custos de mercadorias	(25.740)	(8.189)
Total do custo da mercadoria comercializada	255.057	80.485
Despesas administrativas	2022	2021
Despesas de pessoal	(1.663)	(291)
Serviços de terceiros	-	(152)
Despesas de amortização	(100)	(33)
Outras despesas administrativas	(1.627)	(39)
Total das despesas administrativas	(3.390)	(515)

14. Gerenciamento de Riscos**(a) Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da XP Energia. A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de riscos da XP Energia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da XP Energia. A XP Energia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises, etc.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado****(b) Risco de crédito**

O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos.
- Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo.
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco da Companhia que visa a garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por rating, por atividade econômica e pelo *duration* da carteira. E no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros.

A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito, emissões e emissores com os quais as empresas da XP Energia mantém ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da Companhia, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito está demonstrado no quadro abaixo:

Posição ativa	2022	2021
Disponibilidades	7.807	7.230
Ativos financeiros		
Títulos privados	278	3.503
Títulos públicos	228.768	-
Total	236.853	10.733

(c) Risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela Alta Administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado**

A estrutura e o gerenciamento de riscos são de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à Diretoria Executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez.

O controle de risco de liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto as destinações dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem.

(d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da XP Energia, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos.

Além do controle efetuado pela ferramenta, a XP Energia adota diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e, conseqüentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível.

i. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da XP Energia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros com risco de taxa de juros da XP Energia são:

Ativos financeiros	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Selic/DI	1.378	3.503

(e) Risco de mercado

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Energia, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Energia.

O objetivo da XP Energia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Energia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- (vi) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- (viii) Padrões éticos e comerciais.

XP Comercializadora de Energia S.A.**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras****Em 31 de dezembro de 2022 e período de 04 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado****15. Informação de fluxo de caixa****(a) Reconciliação da dívida líquida**

	Debêntures	Notas Promissórias e comerciais	Total
Dívida total em 4 de maio de 2021	-	-	-
Aquisições/Emissão	90.000	80.000	170.000
Juros incorridos	679	2.608	3.287
Dívida total em 31 de dezembro de 2021	90.679	82.608	173.287
Aquisições/Emissão	574.215	270.000	844.215
Amortização	-	(80.000)	(80.000)
Juros incorridos	71.537	20.769	92.306
Juros pagos	-	(11.239)	(11.239)
Dívida total em 31 de dezembro de 2022	736.431	282.138	1.018.569

DIRETORIA

Bernardo Amaral Botelho	Diretor
Fabício Cunha de Almeida	Diretor
Bruno Constantino Alexandre dos Santos	Diretor

Jairo Luiz de Araújo Brito
Contador - CRC: RJ-110743/O-4

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: B872B5CE5A424C2880471B2C45176F87
 Assunto: Complete com a DocuSign: XPCOMERENERGIA22.DEZ.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 22
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Izabelle Buson da Costa de Oliveira
 Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água
 Branca
 São Paulo, SP 05001-100
 izabelle.buson@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.160.120

Rastreamento de registros

Status: Original 22 de março de 2023 15:00	Portador: Izabelle Buson da Costa de Oliveira izabelle.buson@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 22 de março de 2023 18:49	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
 tatiana.fernandes@pwc.com
 Sócia

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:

 959DEA12458D406...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 18.231.224.80

Registro de hora e data

Enviado: 22 de março de 2023 | 15:02
 Reenviado: 22 de março de 2023 | 18:07
 Visualizado: 22 de março de 2023 | 18:48
 Assinado: 22 de março de 2023 | 18:49

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Izabelle Buson da Costa de Oliveira izabelle.buson@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 22 de março de 2023 18:49 Visualizado: 22 de março de 2023 18:49 Assinado: 22 de março de 2023 18:49
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não disponível através da DocuSign		
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	22 de março de 2023 15:02
Entrega certificada	Segurança verificada	22 de março de 2023 18:48
Assinatura concluída	Segurança verificada	22 de março de 2023 18:49
Concluído	Segurança verificada	22 de março de 2023 18:49

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------